Santander

SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.564.930/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às demonstrações financeiras da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.
Eventos Societários
Na AGE realizada em 04 de abril de 2025, o representante do acionista aprovou a eleição para um mandato complementar do Sr. Fabio Fernando Almendros, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia com mandatos válidos até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 576.063 (31/12/2024 - R$ 670.615) e o lucro líquido apresentado no exercício de 2025 foi de R$ 27.063 (31/12/2024 - Prejuízo de -R$ 40.616).
Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2025, os ativos totais atingiram R$ 583.828 (31/12/2024 - R$ 675.630). Desse montante, destacamos R$ 490.597 representados por Intangível (31/12/2024 - R$ 399.426).
Em 31 de dezembro de 2025, os passivos totais atingiram R$ 7.765 (31/12/2024 - R$ 5.015). Desse montante, destacamos R$ 3.713 representados por Impostos e Contribuições a Recolher (31/12/2024 - R$ 1.230) e Obrigações Trabalhistas de R$ 3.323 (31/12/2024 - R$ 3.401).

São Paulo, 27 de março de 2026.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Ativo			
Ativo Circulante		**73.963**	**14.849**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&15.c	12	3
Aplicações Financeiras	4&15.c	72.458	9.620
Ativos Fiscais - Correntes	5.a	1.259	2.352
Outros Créditos	6	234	2.874
Ativo Não Circulante		**509.865**	**660.781**
Contas a Receber		-	238.659
Ativos Fiscais - Diferidos	5.b	18.729	22.082
Imobilizado	7.a	539	614
Intangível	7.b	490.597	399.426
Total do Ativo		**583.828**	**675.630**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Passivo			
Passivo Circulante		**7.765**	**5.015**
Fornecedores		729	384
Obrigações Trabalhistas		3.323	3.401
Impostos e Contribuições a Recolher	8	3.713	1.230
Total do Passivo		**7.765**	**5.015**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.a	597.967	719.582
Prejuízos Acumulados		(21.904)	(48.967)
Total do Patrimônio Líquido		**576.063**	**670.615**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**583.828**	**675.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)
Receita Operacional Líquida	11	89.749	-
(-) Custos dos serviços prestados	12	(47.027)	-
Lucro bruto		**42.722**	**-**
Despesas Administrativas	13	(9.462)	(62.493)
Despesas Tributárias		(1.795)	(2.785)
Resultado Antes do Resultado Financeiro		**31.465**	**(65.278)**
Receita Financeira	14	9.120	5.009
Despesas Financeiras	14	(17)	(444)
Resultado Financeiro		**9.103**	**4.565**
Resultado Antes da Tributação		**40.568**	**(60.713)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9	(10.152)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(3.353)	20.097
Lucro Líquido/(Prejuízo)		**27.063**	**(40.616)**
Nº de Ações (Mil)	10.a	59.958	59.958
Prejuízo por Lote de Mil Ações (em R$)		0,45	(0,68)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício	27.063	(40.616)
Resultado Abrangente	**27.063**	**(40.616)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2023 (não auditado)		**498.243**	**(8.351)**	**489.892**
Aumento de Capital	**10.a**	221.339	-	221.339
Prejuízo do Exercício		-	(40.616)	(40.616)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024 (não auditado)		**719.582**	**(48.967)**	**670.615**
Redução de Capital	10.a	(121.615)	-	(121.615)
Lucro Líquido do Exercício		-	27.063	27.063
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		**597.967**	(21.904)	**576.063**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)
Atividades Operacionais			
Lucro líquido / (Prejuízo)		**27.063**	**(40.616)**
Ajustes ao Lucro		**44.155**	**11.333**
Depreciações e amortizações	7	40.802	31.430
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5	3.353	(20.097)
Variações em Ativos e Passivos		**182.304**	**(251.113)**
Aumento em Aplicações Financeiras		(62.838)	(9.620)
Redução de Valores a Receber		238.659	(238.659)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos		2.640	(1.415)
(Aumento)/Redução em Ativos Fiscais		1.093	(927)
Aumento/(Redução) em Fornecedores		345	(5.042)
Aumento em Obrigações Trabalhistas		(78)	3.401
Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher		10.282	1.149
Impostos Pagos	9	(7.799)	-
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		**253.522**	**(280.396)**
Atividades de Investimento			
Aquisições de Ativo Intangível	7.b	(131.898)	(179.608)
Baixa de Intangível	7.b	-	238.659
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**(131.898)**	**59.051**
Atividades de Financiamento			
Aumento/(Redução) de Capital	10.a	(121.615)	221.339
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(121.615)**	**221.339**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**9**	**(6)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**3**	**9**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		**12**	**3**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Contexto Operacional
A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. (Santander Global Cards), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Av. Juscelino Kubitschek, 2041, Cj 191, Parte 3 Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo-SP, tem como finalidade a coleta, armazenamento, organização, análise, desenvolvimento, gerenciamento, tratamento e compilação de dados, relatórios e base de informações de pessoas físicas e jurídicas, administração, operação e processamento de cartões de crédito, cartões de bancos e financeiras, cartões múltiplos, cartões de débito, cartões de bandeira privada, cartões pré pagos, cartões de benefícios em geral (vouchers) e de outros meios eletrônicos de pagamento, sistemas para processamento de pagamentos, créditos, cobrança e programas de fidelização.
A Santander Global Cards é uma sociedade integrante do Grupo Santander, a Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L detém de 99,99% das ações da Santander Global Cards, e a Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. detém 0,01% das ações da Companhia.
c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros
i. Emendas ao IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:
Os requisitos de aplicação da IFRS 9 são alterados incluindo contratos para comprar e receber eletricidade, além de permitir a utilização destes contratos em uma contabilidade de hedge. Inclui também requisitos de divulgação sobre estes contratos na IFRS 7. Adicionalmente, esclarecem que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação" e introduzem uma escolha de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados usando um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação. Outros esclarecimentos incluem a classificação de ativos financeiros com características vinculadas a ESG por meio de orientação adicional sobre a avaliação de características contingentes. Divulgações adicionais são introduzidas para instrumentos financeiros com características contingentes e instrumentos de patrimônio classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1° de janeiro de 2026. A Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
ii. Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:
Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. A Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
iii. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:
Substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.
Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. A Santander Global Cards está avaliando os impactos desta alteração.
iv. IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:
Que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. A Santander Global Cards verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.
d) Reforma da Tributação sobre o Consumo
A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.
Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.
Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de split payment), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.
Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.
No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.
Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.
A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.
Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Santander Global Cards, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.
a) Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustadas para refletir a remensuração de ativos e passivos ao seu valor justo.
b) Estimativas Utilizadas
Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Global Cards faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, são as melhores estimativas da administração de acordo com a norma aplicável.
Estimativas e Premissas Contábeis Críticas
Com base em premissas, a Santander Global Cards faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são relativas a avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota 7) e o teste de impairment para os ativos intangíveis.
c) Caixa e Equivalente de Caixa
Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.
d) Reconhecimento e mensuração inicial
A Santander Global Cards reconhece inicialmente os ativos, e passivos subordinados na data em que são originados.
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.
Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual a Santander Global Cards se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.
i. Classificação
Ativos financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
• O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Santander Global Cards pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pela Santander Global Cards.
Os ativos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Aplicações Financeiras (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado)"
• "Contas a Receber (Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado)"
ii. Avaliação do modelo de negócio
A Santander Global Cards avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração.
Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.
iii. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após a Santander Global Cards alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.
iv. Baixa de Ativos financeiros
A Santander Global Cards baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual, essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual, a Santander Global Cards não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.
Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas é registrada no resultado.
A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, não ocorreram eventuais ganhos/perdas com relação aos instrumentos patrimoniais.
v. Taxa de juros efetiva
A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.
vi. Passivos Financeiros
A Santander Global Cards baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo por meio do resultado com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.
Os passivos financeiros a seguir, são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Fornecedores" (passivo financeiro mensurado ao custo amortizado);
vii. Mensuração ao valor justo
O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Santander Global Cards tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.
Quando há um disponível, a Santander Global Cards mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.
e) Imobilizado
O imobilizado é formado basicamente por equipamentos de uso, e a depreciação do imobilizado é feita pelo método linear utilizando a taxa de 20% ao ano.
A Santander Global Cards, avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.
Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do período.
f) Ativo Intangível
Os ativos intangíveis são compostos por softwares em uso e softwares em desenvolvimento. A amortização do software em uso é feita pelo método linear utilizando a taxa de 20% ao ano.
Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Santander Global Cards, são reconhecidos como ativos intangíveis.
Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.
Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.
Impairment dos Ativos Não Financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como os ativos intangíveis em desenvolvimento, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.
Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indícios de Impairment.
g) Outros Créditos
Inclui o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
h) Outros Passivos
Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.
i) Reconhecimento de Receitas e Despesas
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A Santander Global Cards não possui outros itens da demonstração de receitas e despesas reconhecidas (ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior, ganhos e perdas atuariais e mudanças nos valores justo de instrumentos financeiros de hedge).
j) Prestação de Serviços:
Receitas resultantes de transações ou serviços de processamento de dados realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas quando o controle do serviço é transferido a um cliente; e
As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.
k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O Imposto de Renda Pessoa Jurídica é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
A Santander Global Cards, adota o regime não cumulativo para o recolhimento das contribuições de Pis e Cofins, utilizando as alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente. Para as Receitas Financeiras são aplicadas as alíquotas de PIS (0,65%) e Cofins (4%). As despesas de Pis e Cofins são registradas em despesas tributárias.
m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.
Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Global Cards. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes à depósitos bancários. A empresa não operou com derivativos nos exercícios.

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Composição		
Depósitos Bancários (Nota 15.c)	12	3
Total	**12**	**3**

4. Aplicações Financeiras

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Composição		
Fundos de Investimentos em Renda Fixa [1] (Nota 15.c)	72.458	9.620
Total	**72.458**	**9.620**

Fundo de investimento Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo apresenta substancialmente aplicações em títulos públicos e operações compromissadas, e tem liquidez de aplicações e resgates em D-0.

5. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos
a) Ativos Fiscais Correntes
Em 31 de dezembro de 2025, Ativo Fiscal corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no montante de R$ 1.259 (em 31/12/2024 R$ 2.352).
b) Ativos Fiscais Diferidos

Natureza e Origem	Saldos em 31/12/2024 (não auditado	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2025
Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social	22.082	-	(4.361)	**17.721**
Provisões trabalhistas	-	987	-	**987**
Provisões de Contas a Pagar	-	21	-	**21**
Total de ativos fiscais diferidos	**22.082**	**1.008**	**(4.361)**	**18.729**

Natureza e Origem	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2024 (não auditado
Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social	1.985	20.097	-	**22.082**
Total de ativos fiscais diferidos	**1.985**	**20.097**	**-**	**22.082**

c) Expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos:

	Ativos Fiscais Diferidos - Diferenças Temporárias		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
2026	1.377	496	1.873
2027	3.856	1.388	5.244
2028	8.538	3.074	11.612
Total	**13.771**	**4.958**	**18.729**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há ativos fiscais diferidos não contabilizados.

6. Outros Créditos

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Adiantamento à Funcionários	114	412
Adiantamento à Fornecedores	120	24
Licença de Software	-	2.438
Total	**234**	**2.874**

7. Imobilizado e Intangível
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos do Imobilizado e Intangível estão compostos da seguinte forma:
a) Imobilizado

	01/01 a 31/12/2025		
Composição:	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Máquinas e equipamentos	747	(208)	539
Total	**747**	**(208)**	**539**

	01/01 a 31/12/2025		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**747**	**(133)**	**614**
Adições	**-**	**-**	**-**
Depreciações	-	(75)	**(75)**
Saldos no Fim do Exercício	**747**	**(208)**	**539**

	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)		
Composição:	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Máquinas e equipamentos	747	(133)	**614**
Total	**747**	**(133)**	**614**

	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**747**	**(58)**	**689**
Adições	-	-	-
Depreciações	-	(75)	**(75)**
Saldos no Fim do Exercício	**747**	**(133)**	**614**

b) Intangível

	01/01 a 31/12/2025		
Composição:	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Total**
Softwares em uso	203.632	(72.082)	131.550
Softwares em desenvolvimento [1]	359.047	-	359.047
Total	**562.679**	**(72.082)**	**490.597**

	01/01 a 31/12/2025		
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**430.781**	**(31.355)**	**399.426**
Adições	131.898	-	**131.898**
Amortizações	-	(40.727)	**(40.727)**
Saldos no Fim do Exercício	**562.679**	**(72.082)**	**490.597**

[1] Refere-se à plataforma de processamento de cartões.

	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)		
Composição:	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Total**
Softwares em uso	203.631	(31.355)	172.276
Softwares em desenvolvimento [1]	227.150	-	227.150
Total	**430.781**	**(31.355)**	**399.426**

	01/01 a 31/12/2024 (não auditado)		
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Total**
Saldos no Início do Exercício	**489.832**	**-**	**489.832**
Adições	179.608	(31.355)	148.253
Baixas	(238.659)	-	(238.659)
Saldos no Fim do Exercício	**430.781**	**(31.355)**	**399.426**

[1] Refere-se à plataforma de processamento de cartões.

8. Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Impostos retidos de terceiros a recolher	1.779	1.062
Impostos sobre salários a recolher	242	160
Impostos sobre o Lucro a Pagar	1.692	8
Total	**3.713**	**1.230**

9. Imposto de Renda e Contribuição Social
a) Lucro Real

	IRPJ e CSLL 01/01 a 31/12/2025	IRPJ e CSLL 01/01 a 31/12/2024 (não auditado)
Resultado Antes da Tributação	**40.568**	**(60.713)**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	**(13.793)**	**20.642**
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas não dedutíveis	(745)	(545)
IRPJ e CSLL sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	1.009	-
Outros Ajustes	24	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(13.505)**	**20.097**
Impostos Correntes	(10.152)	-
Impostos Diferidos	(3.353)	20.097
Impostos Pagos no Período	7.799	-
Alíquota Efetiva	25%	-

10. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

	31/12/2025			31/12/202 (não auditado)		
Acionistas	**% Participação**	**Ações**	**Capital Social**	**% Participação**	**Ações**	**Capital Social**
Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L.	99,99	59.957	597.966	99,99	59.957	719.581
Cántabro Catalana de Inversiones, S.A.	0,01	1	1	0,01	1	1
Total	**100**	**59.958**	**597.967**	**100**	**59.958**	**719.582**

Movimentação do Capital Social

	Capital Social	Ações	Deliberação
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2023	**498.243**	**41.046**	
Aporte [1]	76.505	6.433	23/01/2024
Aporte [1]	52.920	4.455	01/04/2024
Aporte [1]	42.698	3.694	24/06/2024
Aporte [1]	49.216	4.330	24/06/2024
Redução [1]	(121.615)	-	01/10/2025
Total	**597.967**	**59.958**	

[1] Santander Global

Santander

SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.564.930/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Transações entre Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander Brasil S.A.

b) Participação Acionária

A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. é controlada pela Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L que detém 99,99% das ações da Santander Global Cards, e pela Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. que detém 0,01% das ações da Companhia.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e resultados de transações são:

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Ativo		
Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 3)	**12**	**3**
Banco Santander Brasil [1]	12	3
Aplicações Financeiras (Nota 4)	**72.458**	**9.620**
Banco Santander Brasil [1]	72.458	9.620
Rendas a Receber	**-**	**238.659**
Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. [2]	-	238.659
Passivo		
Fornecedores	**-**	**(12)**
Aquanima Brasil Ltda. [4]	-	(12)

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Resultado		
Receitas de Serviços de Tecnologia (Nota 11)	**101.990**	**-**
Banco Santander Brasil [1]	101.327	-
Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. [2]	663	-
Custos dos serviços prestados	**(265)**	**-**
Banco Santander Brasil [1]	(147)	-
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. [3]	(118)	-
Resultado Financeiro	**8.705**	**4.871**
Banco Santander Brasil [1]	8.705	4.871
Despesas Administrativas	**(78)**	**(5.668)**
Aquanima Brasil Ltda. [4] (Nota 13)	(78)	(164)
Banco Santander Brasil [1]	**-**	(5.362)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. [3]	**-**	(142)

[1] Controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeeck B.V com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.
[2] Controlado pelo Banco Santander Espanha.
[3] Controlado pelo Banco Santander Brasil.
[4] Controlado pelo Banco Santander Brasil e pela Digital Procurement Holding N.V com sede na Holanda e indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

16. Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da Santander Global Cards é realizada de forma similar ao processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital da empresa e a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Global Cards está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as aplicações do caixa da empresa, normalmente integralmente mitigado.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo de suporte à diretoria da instituição e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de notícias negativas que possam influenciar a opinião pública negativamente em relação a marca e aos fundos de investimento sob gestão, independentemente desta notícia se basear em fatos verídicos.
- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

17. Outras Informações

O processos judiciais e administrativos de natureza civil são classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2025 as ações com classificação de perda possível, de natureza civil totalizaram R$ 7 (31/12/2024 R$ 0).

18. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2025.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Fabio Fernando Almendros

Diretores

Gustavo de Sousa Santos | Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador

Fabio Costa - CRC 1SP 260581/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade oper acional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/04/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/04/01/SANTANDER1588516601042026.pdf

Hash:17749742415b484d39651e4dc6914935a0e35949db